

Resenha bibliográfica 2

Macroeconomics

Parkin, Michael. *Macroeconomics*. New Jersey, Prentice-Hall, Inc., 1984. 700 p.

José W. Rossi *

A nova macroeconomia com base nas chamadas expectativas racionais, iniciada por Robert Lucas na primeira metade da década passada, só agora começa a ser exposta nos livros de graduação. O texto de Parkin, em particular, dedica-lhe amplo espaço. Esses novos rumos no ensino da disciplina já não podem ser ignorados, sob pena de se ficar a reboque dos acontecimentos, pois as discussões nos principais centros mundiais de pesquisas macroeconômicas giram hoje, em grande parte, em torno deste tema.

Parkin cobre, na realidade, vasto território nos seus 44 capítulos, distribuídos em oito partes. Vale resumir brevemente aqui o escopo do trabalho. A Parte I (Capítulos 1 e 2) apresenta as principais questões da macroeconomia, isto é, inflação, desemprego, taxa de juros, taxa de câmbio e nível do produto. A Parte II (Capítulos 3 a 6) trata dos conceitos básicos da contabilidade nacional, bem como da questão da mensuração da inflação e desemprego, além de uma discussão conceitual sobre o ciclo econômico. A Parte III (Capítulos 7 a 13) discute o modelo clássico (modelo básico, na denominação do autor), onde a partir do equilíbrio competitivo no mercado de trabalho, juntamente com a função de produção, tem-se a curva da oferta agregada perfeitamente inelástica. A curva da demanda agregada é obtida da interação da demanda transacional de moeda com a oferta monetária, sendo a demanda por bens e serviços proporcional, então, à oferta de encaixes monetários reais. Além disso, são os choques no mercado de trabalho, devido à existência do salário mínimo legal (e à ação dos sindicatos trabalhistas, na medida em que esta afeta, via *lobby*, o nível do salário mínimo legal), e o seguro-desemprego que, por elevarem o salário médio real acima do seu nível de equilíbrio, causam desemprego e conduzem, então, o nível de preços a um novo patamar; entretanto, somente o aumento *contínuo* da oferta monetária provocará

* Do Instituto de Pesquisas do IPEA e da UFRJ.

um aumento *contínuo* nos preços, e o aumento na taxa de expansão da oferta monetária causa, inicialmente, aumento mais que proporcional nos preços (fenômeno da ultrapassagem, ou *overshooting*). Dos vários choques no mercado de trabalho nos Estados Unidos, apenas a expansão do programa de seguro-desemprego parece explicar, todavia, a tendência ascendente na taxa de desemprego, e nenhum dos vários tipos de choques explica os ciclos econômicos. O modelo clássico explica, ainda, as variações na taxa de inflação, mas não a sua persistente associação com as variáveis reais e a taxa de juros.

A Parte IV (Capítulos 14 a 22) trata da teoria keynesiana, incluindo a chamada síntese neoclássica, que, na realidade, é a ortodoxia pós-keynesiana. Distintamente do caso clássico, no modelo keynesiano o mercado de trabalho não está permanentemente em equilíbrio, pois os salários nominais são rígidos no sentido descendente, resultando então em desemprego. Como abaixo do pleno emprego a oferta agregada é infinitamente elástica, apenas a demanda agregada determina o nível de atividade econômica. O autor ressalta ainda que a curva da demanda agregada keynesiana obtida do esquema IS-LM, apesar de peça fundamental nas novas teorias macroeconômicas, é totalmente dispensável na análise keynesiana propriamente dita, que se preocupa apenas com deslocamentos horizontais dessa curva.

Em virtude da hipótese pouco plausível da rigidez dos salários nominais (e preços) no modelo keynesiano, surgem entre fins da década de 50 e início da de 60 novas contribuições teóricas que constituem a chamada síntese neoclássica. Precisamente, são combinados elementos do modelo clássico (curva da oferta agregada) com elementos do modelo keynesiano (curva da demanda agregada), mas o ajustamento dos preços e salários é gradual. Tal ajustamento de preços é tido, inicialmente, como uma função do excesso de demanda (curva de Phillips). Percebeu-se mais tarde, porém, que os preços podiam subir mesmo sem excesso de demanda, isto é, os preços sobem, para dado nível de excesso de demanda, à medida que aumenta a inflação esperada (hipótese Friedman-Phelps da taxa natural).

O modelo da síntese neoclássica tenta explicar, então, os ciclos econômicos nos Estados Unidos com deslocamento na curva de demanda agregada keynesiana. É bom o seu desempenho para os períodos onde as expectativas inflacionárias permanecem inalteradas. Muitas das oscilações econômicas são também explicadas recorrendo-se a variações nas expectativas inflacionárias, que são, contudo, consideradas exógenas, isto é, não há qualquer teoria quanto à formação dessas expectativas. Outra dificuldade com o modelo é a caracterização de irracionalidade no mercado de trabalho, onde as famílias são às vezes lançadas para fora da sua curva de oferta de mão-de-obra. Essas limitações possibilitaram, aliás, o surgimento da macroeconomia com base nas expectativas racionais.

A Parte V (Capítulos 23 a 29) discute o papel das expectativas racionais (isto é, o uso, pelos agentes econômicos, de todas as informações disponíveis na formação das suas expectativas) na determinação da renda, do

emprego e do nível de preços. Fundamental na nova macroeconomia é o conceito da curva de oferta agregada incorporando expectativas (*expectations-augmented aggregate supply curve*), derivada com base no equilíbrio do mercado de trabalho, onde a oferta de mão-de-obra é função dos preços esperados, enquanto a sua demanda é função dos preços efetivamente observados. Diferem aqui as posições dos chamados novos clássicos (como, por exemplo, Robert Barro) e dos novos keynesianos (como, por exemplo, Stanley Fischer, Edmund Phelps e John Taylor): enquanto os primeiros sustentam que o mercado de trabalho é dotado de suficiente flexibilidade para que o salário seja continuamente ajustado, os novos keynesianos vêem o mercado de trabalho em equilíbrio apenas em média, mas a qualquer instante a demanda pode diferir da oferta; por exemplo, razões institucionais como contratos com salário nominal fixo por dado período de tempo levam as famílias a serem lançadas para fora da sua curva de oferta de mão-de-obra. A implicação dessas diferenças é que a curva de oferta agregada (incorporando expectativas) dos novos keynesianos será menos inclinada que aquela dos novos clássicos. Assim, diante de uma redução na demanda agregada o produto baixará mais no primeiro caso; os preços, porém, variarão menos na primeira situação. De qualquer modo, parece difícil do ponto de vista observacional distinguir entre os dois casos.

Quanto ao equilíbrio da renda, do emprego e do nível de preços diante da teoria das expectativas racionais, o resultado dependerá, essencialmente, de ser ou não antecipada a variação na demanda agregada; se for antecipada, apenas os preços variarão e, se não for antecipada, tanto os preços como o nível do produto serão alterados, pois neste caso somente a curva da demanda agregada seria deslocada. Destas considerações, verifica-se que o grande desafio da nova macroeconomia parece ser a decomposição dos choques da demanda agregada nos seus componentes "antecipados" e "não-antecipados", o que, em última análise, depende da decomposição das variações na oferta monetária e variáveis fiscais nos seus componentes "antecipados" e "não-antecipados". Neste sentido, ressalte-se que, como as variações efetivamente observadas nas variáveis que determinam a demanda agregada são, em geral, maiores do que os seus valores esperados, a curva da demanda agregada oscilará mais do que a curva de oferta agregada, o que resulta na variação dos preços e do produto na mesma direção. Variações independentes (ou na direção oposta) entre essas duas variáveis ocorreriam quando, por exemplo, o aumento antecipado na oferta monetária fosse excessivamente elevado e, portanto, com o aumento não-antecipado, negativo; isto porque as variações antecipadas na demanda agregada alteram apenas os preços, enquanto as suas variações não-antecipadas alteram tanto os preços como o produto. Nesta mesma linha, a taxa de inflação oscilará mais do que a taxa de juros, pois esta última depende apenas da taxa de inflação antecipada, a qual depende, por sua vez, da oferta monetária antecipada. Também as oscilações na taxa de juros de longo prazo serão menores do que aquelas na de curto prazo, pois as variações esperadas para a oferta monetária são menores no curto prazo.

A Parte VI (Capítulos 30 a 37) discute a condução da política macroeconômica. As recomendações monetarista e keynesiana com relação à política monetária diferem em função das distintas percepções quanto à existência ou não de uma vantagem informacional das autoridades monetárias sobre os agentes privados da economia. Os keynesianos acreditam nessa vantagem (por exemplo, os agentes ficam, por motivos contratuais, impossibilitados de agir diante da constatação do erro cometido na sua expectativa de preços) e recomendam a intervenção das autoridades monetárias para se anteciparem aos acontecimentos, anulando os efeitos adversos do choque da demanda. Já os monetaristas, não acreditando nessa vantagem de informação, desaconselham a intervenção, pois isso só contribuiria para uma maior oscilação dos preços, sem reduzir a flutuação no produto. Raciocínio semelhante é adotado quanto à política fiscal, isto é, os monetaristas defendem um nível de gastos governamentais consistente com a divisão ótima de recursos entre o governo e o setor privado, e não com o objetivo de estabilização econômica, como sugerem os keynesianos.

O autor é pessimista quanto aos resultados de uma política de controle de preços e salários — assunto sobre o qual escreveu o livro *The illusion of wage and price controls* (Vancouver, The Fraser Institute, 1976) —, pois das três dimensões inerentes a qualquer transação (isto é, preço, quantidade e qualidade) só o preço é controlado diretamente. Deste modo, o controle dos preços de “etiqueta” não significa o controle dos preços efetivos. Além disso, a contratação de burocratas para a execução do programa de controle representa desvio de recursos das atividades produtivas; na opinião do autor, a computação dos salários desses burocratas no cálculo da renda nacional é indevida, já que representa mera transferência de renda dos setores produtivos para os setores não-produtivos. Adicionalmente, os gastos com o programa de controle podem exercer pressões inflacionárias, sobretudo se as autoridades monetárias pretenderem estimular a demanda agregada, de um lado, enquanto o governo tenta controlar os preços e salários, de outro. É argumentado, ainda, ser falsa a crença de que o programa de controle possa reduzir efetivamente as expectativas inflacionárias (e, portanto, a taxa de inflação) sem gerar recessão, pois isto exige credibilidade na política antiinflacionária, que só pode ocorrer após ações governamentais concretas e vistas como duradouras. Nesta linha, a política ideal consiste, segundo o autor, na redução da taxa de expansão da demanda agregada que seja plenamente “antecipada”, o que resulta na redução dos preços sem reduzir o produto, isto é, apenas a credibilidade total nas ações do governo pode resultar em sucesso na política de controle de preços.

A Parte VII (Capítulos 38 e 39) discute a teoria do crescimento econômico, usando o modelo Solow-Swan, e a economia do lado da oferta (*supply side*), que se tornou popular durante o primeiro mandato do Presidente Reagan.

Finalmente, a Parte VIII (Capítulos 40 a 44) trata da macroeconomia numa economia aberta, sob a ótica americana. Uma vez mais, as questões são colocadas dentro das perspectivas clássica, keynesiana (modelo Mundell-

Fleming) e das expectativas racionais; neste último caso, o autor sugere que os resultados são apenas tentativos, pois a matéria não foi ainda plenamente digerida na literatura profissional.

Em resumo, onde o modelo clássico explica bem os fatos a síntese neoclássica não o faz, e vice-versa. Por serem mutuamente inconsistentes, porém, não se pode manter ambos os modelos, pois enquanto um supõe ajustamento instantâneo nos preços, no outro os preços se ajustam lentamente. A macroeconomia com base nas expectativas racionais retém o melhor de cada um desses modelos, embora negue que qualquer deles esteja correto. Na realidade o modelo clássico é um caso especial da nova macroeconomia, ocorrendo quando os choques da demanda agregada não são inteiramente antecipados, enquanto o modelo keynesiano ocorre quando os choques são totalmente não-antecipados, com a síntese neoclássica sendo dada pelos casos intermediários.

Para concluir, este é um texto singular, sobretudo devido à extensa cobertura dada à teoria das expectativas racionais, tópico ignorado pela quase totalidade dos livros-textos a nível de graduação. É transparente a capacidade do autor em colocar, de maneira clara, idéias complexas. Talvez uma crítica que se possa fazer à obra seja quanto à falta de uniformidade no nível de dificuldade dos tópicos tratados: alguns dos itens parecem apropriados para alunos de primeiro ano de graduação, enquanto que outros seriam mais adequados para cursos de graduação bem mais avançados, ou mesmo cursos de pós-graduação. Alguns diriam também que o livro apresenta certo viés monetarista, e o autor não esconde as suas preferências já no Prefácio. Apesar disto, o texto parece não cometer grandes injustiças ao modelo keynesiano, mesmo porque a demanda agregada keynesiana é peça fundamental da nova macroeconomia exposta. De qualquer modo, esta é uma importante contribuição à literatura macroeconômica e certamente terá grande impacto no ensino da macroeconomia a nível de graduação.